

EIXO TEMÁTICO 7 | DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DESLOCAMENTOS SEXODISSIDENTES: Saúde Mental em contextos de Sexílio

SEXODISIDENT DISPLACEMENTS: Mental Health in Sexile Contexts

Catarina Fonseca Bogéa¹

RESUMO

A migração impelida por motivos de sexualidade e identidade de gênero é um fenômeno que produz intensas repercussões psíquicas na vida de sujeitos sexodissidentes. O sexílio envolve rupturas que ultrapassam a descontinuidade para com o lugar de origem, perpassando a relação com a própria identidade social daquele indivíduo. Este estudo tem por objetivo explorar como esses deslocamentos afetam a saúde mental das pessoas LGBTQ+. Fundamentando-se em uma revisão bibliográfica, busca-se analisar a interseção entre violência, discriminação e a falta de políticas públicas eficazes de suporte, concluindo que a ausência de medidas governamentais específicas para enfrentar essas questões amplifica os dispositivos de marginalização, intensificando o sofrimento psíquico e aumentando a vulnerabilidade de populações minoritárias.

Palavras-chave: sexílio, saúde mental, LGBTQ+, migração.

RESUMEN

La migración impulsada por motivos de sexualidad e identidad de género es un fenómeno que produce intensas repercusiones psíquicas en la vida de sujetos sexodisidentes. El sexilio involucra rupturas que trascienden la discontinuidad con el lugar de origen, afectando la relación con la propia identidad social del individuo. Este estudio tiene como objetivo explorar cómo estos desplazamientos afectan la salud mental de las personas LGBTQ+. Basándose en una revisión bibliográfica, se busca analizar la intersección entre violencia, discriminación y la falta de políticas públicas efectivas de apoyo, concluyendo que la ausencia de medidas gubernamentales específicas para enfrentar estas cuestiones amplifica los dispositivos de marginación, intensificando el sufrimiento

¹ Psicóloga. Psicanalista. Mestranda em Políticas Públicas - UFMA. E-mail: catarinafboge@gmail.com

psíquico y aumentando la vulnerabilidad de las poblaciones minoritarias.

Palabras clave: sexílio, salud mental, LGBT+, migración.

1 INTRODUÇÃO

Debates acerca de identidades de gênero e sexualidade têm encontrado solo fértil na contemporaneidade, semeando a reflexão sobre as complexas experiências vividas por pessoas sexodissidentes. Por meio deste estudo, objetiva-se contribuir para o diálogo acadêmico sobre o fluxo migratório LGBT+ frente a uma sociedade marcada por profundas fissuras de violência a populações minoritárias. Dessa forma, este artigo se debruça sobre o tema do sexílio e as repercussões desse fenômeno na saúde mental dessa comunidade.

O conceito de sexílio, cunhado pelo teórico porto-riquenho Manolo Guzmán, em 1997, diz respeito ao exílio daqueles que foram impelidos a deixar suas terras natais em função da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Este fenômeno extrapola a questão da mobilidade geográfica, ampliando-se para uma experiência que circunscreve um deslocamento existencial. Posto que essa mobilidade tem a finalidade de pôr fim em uma violência sofrida, pode-se pensar em um arranque ocasionado por um inquietante sofrimento, que culmina em consequências de aumento de vulnerabilidade, pois funde a marginalização de gênero e sexualidade com o estrangeirismo.

Apesar de termos um cenário de evidentes consequências da LGBTfobia, identifica-se uma lacuna crítica na produção de conhecimento: a escassez de pesquisas científicas sobre saúde mental da população LGBT+ em casos de sexílio. Sabemos que a falta de informação fomenta a marginalização contínua das identidades sexodissidentes, perpetuando ciclos de exclusão e sofrimento. Sem dados e análises robustas, políticas públicas e intervenções sociais não podem ser adequadamente formuladas ou implementadas para atender às necessidades dessa população.

Neste sentido, esta pesquisa se faz pertinente em um momento em que a violência contra a população LGBT+ segue se manifestando de forma ativa em diferentes níveis, tanto nos microssociais — como familiar e comunitário — quanto nos âmbitos institucionais e políticos. E essa coerção, seja ela velada ou explícita, é justamente a responsável por expulsar essa população de seus territórios.

Para a realização desta investigação, a metodologia utilizada será bibliográfica, fundamentando-se na análise da literatura existente a respeito do sexílio, da saúde mental e das políticas públicas. O objetivo é destacar como a falta de ações concretas torna essas pessoas vulneráveis ao adoecimento psíquico. Dessa forma, a pesquisa poderá fornecer uma base reflexiva para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, voltadas à promoção da saúde mental e ao suporte da população LGBT+ em situações de sexílio.

Faz-se necessário destacar a importância de uma perspectiva transdisciplinar e politicamente engajada para que seja possível compreender amplamente as realidades experienciadas por pessoas sexoexiladas. Somente com embasamentos precisos é possível intervir de maneira efetiva, fomentando ações que dizem respeito aos direitos humanos.

A investigação da saúde mental da população LGBT+ em casos de sexílio se trata de incitar a promoção de justiça social. Então, que este estudo possa ser um disparo que provoque efeitos permanentes de reflexão sobre o tema, incentivando a germinação de projetos e práticas disruptivas que visem alterar o locus social em que vivemos.

2 SEXÍLIO: A TENTATIVA DE EXISTIR

As tecnologias de exclusão atuam de diferentes maneiras na vida das identidades dissidentes. Como expõe Trávez (2021), o pacto fundamental nas sociedades ocidentais é moldado pelo patriarcado e pela heterossexualidade, e este pacto concebe um espaço estéril, controlado por valores morais tradicionais, constituindo uma hierarquia corporal.

Entende-se, nesta perspectiva, que há dispositivos de controle que impõem silêncios e lançam essas pessoas a um vácuo existencial. Segundo Perucchi, Brandão e Vieira, tais mecanismos subjetivos geram “impotência diante da violência não apenas física, mas, sobretudo, simbólica, por meio dos quais a norma heterossexual submete jovens gays e lésbicas a estratégias biopolíticas de controle dos seus corpos” (2014, p. 72).

Essa imposição de silêncios e a subjugação por meio de violência simbólica ilustram um contexto de opressão que ultrapassa o ambiente físico, infiltrando-se nos espaços mais íntimos da existência individual. Tais estratégias biopolíticas de controle testemunham a conceituação de Bourdieu sobre violência simbólica. Sua análise, de acordo com a elucidação de Rosa (2017), apresenta tal violência como um mecanismo que opera de maneira invisível até a suas próprias vítimas, exercendo-se fundamentalmente por vias simbólicas da comunicação e do

conhecimento.

Dessa forma, com fundamento no pensamento de Bourdieu (1989), entende-se que o poder simbólico é um poder de construção de realidade. Constrói-se uma força coercitiva que atua elevando determinada visão de mundo ao patamar de sentido universal, instituindo valores e hierarquias. A partir de tal compreensão, é possível perceber como o poder simbólico molda as realidades vividas, gerando um estado de impotência diante da violência simbólica exercida pela norma heterossexual.

Esses dispositivos que regulam as identidades marcam as existências para além de seus corpos, cerceando os espaços de liberdade e expressão. Assim, pessoas sexodissidentes sofrem um impacto que leva a um frequente desfecho: busca-se refúgio que suspenda a imposição da heteronormatividade, abrindo espaço para a presença da heterogeneidade. Neste sentido, a mobilidade comumente se torna uma estratégia necessária para escapar das amarras da violência simbólica.

Isso acontece porque sujeitos que rompem com o fazer de sua existência pela ordem heterocisnormativa transitam por processos de exclusão social que são iniciados desde seus primeiros espaços de sociabilização. Existências sexodissidentes reiteradamente partilham de uma fissura que lhes é própria: o descompasso com o seio familiar. Nomeia-se de sorte, princípio tão metafísico, quando se encontra, nas comunidades LGBTQ+, aqueles que puderam se recolher em segurança dentro de suas casas de origem.

Manifestando intensa oposição ao acolhimento da diferença no campo da sexualidade, a autora Cunha elucida que "a família parece menos como protetora e promotora de saúde e dignidade das pessoas LGBTQ e mais como um dispositivo de reiteração do sistema heteronormativo, principalmente por meio da violência que se ancora na inferiorização das experiências consideradas desviantes" (2021, p. 61). Este cenário familiar repressor frequentemente impulsiona as pessoas LGBTQ+ a tomarem decisões drásticas para preservar a saúde mental e a dignidade. Articulado a esta elaboração, Ramos discorre:

O estigma associado à saída do armário nas próprias famílias é, muitas vezes, tão devastador que as pessoas preferem se afastar de suas famílias para evitar enfrentar seus efeitos (...) Elas até podem considerar a possibilidade de emigrar para outro país, onde podem, de um lado, manter distância de suas famílias e, por outro, aspirar a viver abertamente sua diferença sexual. (RAMOS, 2013, p. 7)

Pode-se assimilar, portanto, que, no cenário de violência cultural, social, familiar e

institucional a que são submetidos, a comunidade LGBT+ é obrigada a enfrentar uma combinação de fatores que potencializa a vulnerabilidade. Tais vidas são marcadas por uma pluralidade de barreiras que dizem respeito à redução de oportunidades de acesso e permanência em espaços de saúde, mercado de trabalho e educação. Neste sentido, a emigração emerge como um fenômeno recorrente e significativo na trajetória de indivíduos sexodissidentes, conforme aponta Bula (2019).

Complementando esta visão, Galaz e Menares (2021) consideram que a censura, a violência e a perseguição sobre a identidade sexual de indivíduos os levam a sair de seus espaços para poder sobreviver e melhorar as condições de vida, possibilitando o desenvolvimento da transição identitária de maneira mais plena. Apesar disso, os autores elucidam acerca dos fenômenos que estão vinculados a esta experiência, como a frequente falta de recursos econômicos e a inexistência de iniciativas públicas que ofereçam suporte a esses coletivos, tanto no antes quanto no depois da migração.

Dadas as circunstâncias de repressão e marginalização descritas, o grande fluxo migratório de pessoas LGBT+ surge como uma tentativa de encontrar ambientes em que se possa exercer a agência da própria vida, garantindo direitos fundamentais. Contudo, embora a saída do ambiente familiar seja uma tentativa de preservação da vida, o que se encontra no egresso do que se pretendia lar tende a ser cenário de perpetuação da obstaculização de acolhida, uma vez que os discursos sociais insistem em condutas excessivamente conservadoras que atentam contra os direitos sexuais.

Apesar de haver avanços quanto à formulação de políticas públicas no Brasil para a promoção da cidadania LGBT+, como a criminalização da homofobia equiparada ao racismo pelo Supremo Tribunal Federal em 2019, a implementação prática destas políticas continua sendo um desafio. Conforme apontam os autores Mello, Avelar e Maroja (2012), muitas das ações propostas não chegam a ultrapassar a concepção teórica, o que termina por revelar a falha da materialização de benefícios palpáveis para a população LGBT+.

Este descompasso entre legislação e prática deixa evidente a lacuna na articulação e especialmente no compromisso contínuo dos diversos níveis de governo. Apesar dos marcos legais estabelecidos, as políticas públicas ainda necessitam de uma implementação sólida que assegure todos os direitos previstos, sem depender das mudanças de gestão governamental ou da variabilidade das agendas políticas. A necessidade urgente do fortalecimento dessas políticas é evidenciada justamente pela persistência de violências enfrentadas pela comunidade

LGBT+. Dessa forma, é preciso garantir a sustentabilidade das iniciativas (Mello, Avelar & Maroja, 2012).

Uma vez que essa persistência de violências se apresenta em distintas formas de dominação sobre os corpos vulnerabilizados, a realidade que se apresenta é de um problema estrutural, pois as pessoas LGBT+ têm acrescentadas à sua realidade diferentes condições de vulnerabilidade, como o empobrecimento devido à falta de acesso a empregos e, também, questões de isolamento ao qual podem ser submetidos para proteger sua integridade física. (NAVARRO CORONADO, 2022)

No antes e no depois da migração, pessoas sexodissidentes enfrentam barreiras de estigma e exclusão que geram relevantes consequências. Entende-se, desse modo, que há uma constante investida social em desintegrar toda e qualquer forma de ser disruptiva para com a ordem-linear de contenção dos corpos e suas pulsões. Neste contexto, diante de um conjunto de fatores geradores de sofrimento emocional, é preciso questionar como essa aglomeração de condições - como o afastamento de laços comunitários, o enfrentamento de discriminações e a adaptação a novos contextos sociais - suscetibiliza vidas que insistem em existir na franqueza de quem são.

3 PROPENSÃO AO ADOECIMENTO PSÍQUICO

O fenômeno de migração implica em um intenso processo de luto, no qual o sujeito é convocado a recriar sua relação com sua terra natal, consigo próprio e com seus laços afetivos. Freud (1917) elucida que o luto é uma tarefa lenta e dolorosa na qual o Eu não apenas renuncia ao objeto, desligando-se dele pulsionalmente, mas se transforma, tendo que se refazer na relação com o objeto. Analogamente, o migrante, ao se deslocar de seu contexto cultural original, enfrenta desafios semelhantes. A comunicação entre seu mundo externo e interno se vê comprometida, criando uma vulnerabilidade psíquica expressiva. Neste sentido, Martins-Borges discorre:

O migrante é aquele sujeito que se encontra fora da zona geográfica cultural na qual se constituiu. A comunicação entre o mundo externo e o mundo interno se encontra – pelo menos temporariamente – abalada. Essa ausência de comunicação pode gerar vulnerabilidade psíquica para o migrante - e principalmente para os refugiados - que se deparam com a experiência do non-sens, da falta de compreensão, de defesa/proteção que poderia lhe proporcionar sua cultura de origem - por mais destruidora que tenha sido. (MARTINS-BORGES, p. 153, 2013)

O sexílio, então, coloca indivíduos em situações de ainda maior vulnerabilidade, uma vez que enfrentam não apenas as adversidades típicas do processo migratório — como desenraizamento, perda de redes de apoio social e econômico, e desafios de integração —, mas também discriminação e violência específicas relacionadas à sua identidade de gênero e orientação sexual.

Martins-Borges (2013) destaca que as partidas não-planejadas costumam estar acompanhadas de um grande sofrimento psicológico, diretamente conectado às perdas e aos traumas aos quais aquelas pessoas foram submetidas. A autora elucida que este cenário não se deve somente ao fato de deixar fisicamente um local, mas que está intrinsecamente ligado às perdas de lar, identidade, comunidade e um sentido de pertencimento. Ela explica, dessa maneira, que esse deslocamento forçado implica em perdas e rupturas que não são elaboradas.

Articulados a este mesmo entendimento, os autores Debastiani, Debastiani e Gonçalves (2020) complementam que o estresse psicológico inerente às mudanças de residência faz com que o migrante seja particularmente vulnerável aos riscos de morbidade diferencial em seu novo ambiente. Em um cenário de nova cultura e novas relações, abre-se espaço para novos significados e representações, o que inevitavelmente mobiliza questões humanas. Isso pode ser vivenciado como uma situação de desamparo e acabar desencadeando outras situações de crise.

Com a redução da possibilidade de elaborar adequadamente as perdas que se passam no antes-durante-depois da migração, há uma intensificação do trauma, abrindo espaço para algo que extrapola a condição de angústia. Portanto, a migração forçada não se trata apenas de um deslocamento físico, mas de um movimento que desestrutura a continuidade da experiência de vida daquele sujeito, dificultando uma manutenção de coerência interna diante das variadas mudanças abruptas. (MARTINS-BORGES, 2013)

A acumulação dessas experiências de traumas pode amplificar a vulnerabilidade psicológica. O enfrentamento contínuo de discriminações LGBTfóbicas e xenofóbicas intensifica sentimentos de não pertencimento. Devido à dupla marginalização, migrantes LGBTQ+ passam por um esforço constante de reconciliar aspectos da própria identidade, conforme podemos pensar a partir da teorização de Martins-Borges (2013). Neste contexto, é importante refletirmos acerca das motivações que impulsionam o migrar. Bauman (2017) nos leva a analisar a crise migratória como um sintoma mais amplo de nossas falhas comunicativas e relacionais.

Bauman sugere que a crise migratória é o resultado de nossa dificuldade de comunicação, de diálogo e de conversação, de nossa incapacidade de perceber o outro como legítimo detentor dos mesmos direitos que nós, sendo, portanto, um sintoma do modo como construímos relações assimétricas, barreiras e muros em vez de relações simétricas, pontes e caminhos. (DEBASTIANI, DEBASTIANI, GONÇALVES, 2020, p. 169)

Na concepção de Martins-Borges (2013), a chegada do migrante nas novas comunidades é frequentemente acompanhada de resistência por parte dos locais, uma vez que tal acontecimento desafia a organização social, trazendo mudanças culturais e até linguísticas. Devido a essa relutância, o estrangeiro é percebido como "o outro", o que termina por sujeitá-lo a experiências de estranhamento e incompreensão, conduzindo-o a espaços de isolamento e sentimentos de rejeição. Essa dinâmica intensifica a sensação de alienação e perda identitária.

A autora também elucida que a cultura é um lugar de construção de uma linguagem simbólica do sujeito; neste sentido, ela é parte integrante do desenvolvimento psíquico. Dessa maneira, as nuances da marginalização e da estigmatização estão profundamente emaranhadas no psiquismo da pessoa LGBT+. Assim sendo, complexifica-se ainda mais o cenário do sexílio, uma vez que, constituídos em uma cultura de latente e manifesta LGBTfobia, essas pessoas deixam seus espaços de origem já estando bastante fragilizados, deslocando-se para um cenário em que serão progressivamente mais rejeitados. Serão "o outro", tanto por não serem locais quanto por não estarem pisando nos solos da heterocisnormatividade.

Precisamente por essa segregação, faz-se imperativa a necessidade de compreender o papel das políticas públicas. Não basta que elas sejam construídas; é preciso que tenham sua eficácia garantida, avançando, assim, na acentuação da qualidade de vida e na verdadeira inclusão das identidades minoritárias dissidentes de gênero e sexualidade. Como expõem Mello, Brito, Maroja (2012), a nível nacional enfrentamos um complexo cenário quanto ao desenvolvimento e à implementação de estratégias governamentais com enfoque no combate à LGBTfobia e na promoção da cidadania da comunidade. Os autores afirmam: "nunca se teve tanto e há praticamente nada" (p. 425).

Nesse sentido, a análise das políticas requer uma visão crítica que busque investigar além das iniciativas existentes, mas que também questione a capacidade de atendimento efetivo às necessidades dessa população. Ainda que tenhamos um significativo avanço na construção de políticas que abarcam o tema das existências LGBT+, Mello, Brito, Maroja (2012) discorrem sobre a evidente carência de uma estruturação sólida e de um comprometimento

orçamentário que assegure a continuidade e a efetividade dos objetivos.

Nesse processo, o avanço das políticas públicas faz-se ponto basilar para a prevenção do adoecimento psíquico das populações sexodissidentes. Assegurar o bem-estar desse grupo se trata de cultivar ambientes que promovam pertença, reconhecimento e afirmação, elementos cruciais para a saúde psíquica plena. Assim sendo, a continuidade desta pesquisa se faz essencial, mirando uma investigação ainda mais profunda sobre as abordagens efetivas para edificar uma sociedade que genuinamente acolha e respeite a multiplicidade de identidades.

4 CONCLUSÃO

Pudemos explicar as plurais esferas de complexidade que permeiam as vivências de sujeitos confrontados com os desafios intrínsecos à migração somados às barreiras adicionais emergentes de suas identidades sexodissidentes. A partir das concepções de Martins-Borges (2013), foi possível elucidar as vicissitudes enfrentadas por esses migrantes ao buscarem refúgio em novos espaços, adentrando mundos de estranhamento em que frequentemente experienciam diferentes formas de rejeição, isolamento e incompreensão.

A cultura, alicerce na construção da identidade psíquica, emerge na vivência dessas pessoas como um campo de batalha de conflitos. Dessa forma, entrelaça de maneira ainda mais emaranhada as dinâmicas de marginalização e estigmatização que assolam o psiquismo da comunidade LGBTQ+ em fluxo migratório. Isso contribui para uma elevação da tensão psíquica, podendo desencadear um estado crônico de adoecimento emocional. Esse panorama destaca a inadiável necessidade de uma apreciação aprofundada e sensível das interseções em torno do sexílio.

É necessário considerar os intensos desafios que permeiam a vida da população LGBTQ+ para que seja possível produzir quaisquer ações que, além de combater as discriminações, visem fomentar a qualidade de vida, a inclusão e a emancipação de identidades minoritárias. Frente à carência de políticas públicas que combatam de maneira eficaz a LGBTQfobia, aumenta-se exponencialmente a necessidade de abordagens governamentais que estejam respaldadas por uma análise crítica e ampla da realidade dessa comunidade. Assim, faz-se indispensável uma ponderação cuidadosa sobre políticas já existentes e, paralelamente, a investigação acerca da eficiência com que estas atendem às demandas específicas de tais existências.

Neste sentido, a caminhada em direção ao entendimento e amparo integral à população

LGBT+ inserida nos dilemas do sexílio desdobra-se como uma tarefa contínua e de múltiplas dimensões. Dessa forma, este estudo estende um convite à colaboração entre acadêmicos, criadores de políticas e a comunidade, engajando-nos como um coletivo na prospecção de estratégias que possam mitigar os efeitos da violência contra comunidades vulnerabilizadas. Podemos, assim, vislumbrar o início de uma expressiva transformação nos cenários de saúde mental e direitos humanos, conduzindo-nos, portanto, rumo a uma sociedade fundamentalmente mais equitativa, inclusiva e receptiva a todos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmund. **Estranhos à nossa Porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORRALHA, S.; PASCOAL, P. **Gays, lésbicas e saúde mental**: uma revisão sistemática da literatura. Revista Omnia, v. 2, p. 43-51, 2015.

BULA, A.; CUELLO, V. **Sujetos en tránsito y sexualidades fronterizas**. Derechos de migrantes venezolanos LGBT en el Caribe colombiano. Trabajo Social, v. 21, n. 2, p. 169-195, 2019. <https://doi.org/10.15446/ts.v21n2.75258>.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, Out-Dez, 2006.

CUNHA, Juliana Costa. **Produção de sentidos sobre saúde mental na política de saúde integral da população LGBT de Pernambuco**: produzindo memórias para ampliar horizontes. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

DEBASTIANI, Valdemir José; DEBASTIANI, Joana Silvia Mattia; GOLÇALVES, Sandro Ronei. Papel da Livrologia no acolhimento dos migrantes em sofrimento psíquico. In: **Anais do II Seminário Internacional Diálogos Interculturais na América Latina**: saberes populares e IV Congresso Internacional Pluralismo Jurídico, Constitucionalismo, Buen Vivir, e Justiça Ambiental na América Latina, 2-4 out. 2019, Chapecó, SC. Chapecó: Livrologia, 2020.

TRAVEZ, Diego Falconí. **Escribir con el cuerpo en movimiento**: sexo-disidencias andinas de Diego Posada y Frau Diamanda. Revista Perifrasis, v. 12, n. 24, p. 111-131, dezembro 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2145-89872021000200111&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 out. 2023. Epub 31 julho 2021. <https://doi.org/10.25025/penfrasis202112.24.06>.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**, 1917 [1915]. In: _____. A história do movimento psicanalítico. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 243-263. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

GALAZ, Caterine; MENARES, Rubén. **Migrantes/refugiadas trans en Chile: sexilio, transfobia y solidaridad política**. Revista Nómadas, Bogotá, n. 54, p. 205-221, junho 2021.

MARTINS-BORGES, L.. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 151–162, jan. 2013.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Departamento de Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Marília, SP, 2004. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IIcipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D.. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 403–429, jul. 2012.

MELLO, L.; AVELAR, R. B. DE .; MAROJA, D.. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289–312, maio 2012.

NAVARRO CORONADO, Dora María. **Sexiliadas fronterizas: historias de vida mujeres LBT+ en Nogales, Sonora**. 2022.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisa em Administração. São Paulo, v. 1, n. 3, 2º semestre, 1996.

PERUCCHI, J.; BRANDAO, B. C.; VIEIRA, H. I. dos S. **Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays**. Estud. psicol. Natal, v. 19, n. 1, p. 67-76, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Revista Sem Aspas**, p. 3-12, 2017.